

CARACTERIZAÇÃO DE APOIOS ESTADUAIS ÀS REDES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO BRASIL

Patrícia Ferreira Alves¹; Rodrigo Gava¹; Lucas Gonçalves Dornelas¹; Marcelo de Oliveira Garcia¹; Flávia Ferreira Alves¹

¹Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. (coordenacao@redemineirapi.com)

Rec.: 04.07.2014. Ace.: 01.10.2015

RESUMO

Uma rede é composta por diversos atores e consiste na reunião destes de forma participativa em torno de objetivos comuns. Neste sentido, a RMPI realizou um estudo das Redes de Propriedade Intelectual (PI) existentes no Brasil, utilizando uma abordagem qualitativa dos dados e informações disponíveis das mesmas. Verificou-se a existência de 14 redes de PI no país. Contatou-se que as redes de PI vêm ganhando importância no contexto da inovação no país, não apenas no fato destas redes reunirem parte significativa da gestão da PI nacional, mas também por serem os principais *loci* de capacitação dos agentes de inovação dos NITs das ICTs. O cenário percebido traduz uma realidade de alta rotatividade destes agentes, por suas atividades ainda não estarem profissionalizadas, além de um quadro de significativa dependência do apoio financeiro estaduais às redes para que estas se mantenham, retratando a ausência de políticas institucionais efetivas no contexto da inovação.

Palavras chave: Redes. Propriedade Intelectual. Capacitação para a Inovação.

ABSTRACT

A network is composed of several components that seek common goals. With that in mind, the RMPI conducted a study on Intellectual Property (IP) networks in Brazil, using a qualitative approach to deal with the data provided by them. Fourteen PI networks were detected in the country. It was observed that IP networks are being more valued due to national context of innovation initiatives, not only because these networks are responsible for a significant part of the management of the national PI, but also because they are the main *loci* for training agents to work with NITs of the ICTs. This scenario shows that these agents do not remain in their jobs, since their professional activities have not been officially defined. Besides, there is great dependence on government financial support to the networks, which reflects the absence of effective institutional innovation policies.

Key words: Networks. Intellectual Property. Training in Innovation.

Área tecnológica: Redes de Propriedade Intelectual

INTRODUÇÃO

Uma rede é composta por diferentes atores (pessoas, organizações, empresas, etc.) que interagem entre si ao longo do tempo. São sistemas caracterizados por trocas de informações e recursos sobre temas de interesse comum, nos quais os atores mantêm certo grau de independência entre si (CLEMENTE, 2007). O conceito de “rede” sinaliza para a reunião de instituições de forma participativa em torno de objetivos comuns, ou seja, as redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes.

De acordo com Augusto (2012, p. 86), com a promulgação da Lei de Inovação, em 2004, tornou-se necessário que “cada Instituição Científica e Tecnológica (ICT), constitua um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) próprio ou em associação com outras ICTs”. Apesar deste momento ser reconhecido como decisivo para a estruturação da inovação no país, ele também expôs a posição tardia com que o Brasil se envolveu com a questão. Isso, porque a maior parte dos NITs existentes enfrentavam problemas para se sustentar, especialmente devido à carência de profissionais especializados para trabalhar e pela falta de recursos contínuos. Mas, apesar dos 10 anos decorridos, Augusto (2012) pontua que a maioria dos NITs ainda depende de recursos de agências de fomento para manterem suas atividades, recursos que são concedidos por meio de editais nos quais concorrem por recursos por tempo delimitado.

Uma forma encontrada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para distribuir de forma mais igualitária estes recursos tem sido o incentivo à formação de redes de NITs, possibilitando aos núcleos a participação em editais das agências fomentadoras para receber recursos de forma conjunta, sem se tornarem concorrentes um dos outros, como costuma ocorrer. No entanto, esses editais estão relacionados a agências de fomento estaduais, o que implica na autonomia que cada estado terá para fomentar ou não essa ação.

Nesse contexto, e considerando que desde 2007 a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) apoia a Rede Mineira de Propriedade Intelectual (RMPI), por meio do Programa de Apoio às Redes de Pesquisa, este trabalho foi realizado com o objetivo de realizar um estudo sobre a situação das demais redes de Propriedade Intelectual existentes no Brasil.

Num momento em que ampliam-se as expectativas e as ações para a promoção da inovação no Brasil, destaca-se a necessidade de se investigar as iniciativas que consideram a importância da propriedade intelectual, notadamente num país onde a maior parte das pesquisas são realizadas nas ICTs públicas. Manter o patrimônio intelectual nacional protegido é passo primordial para organizar a relação entre os atores envolvidos na inovação, dinamizando de forma consistente o retorno dos investimentos feitos à sociedade. Além desta introdução o artigo segue com a indicação das definições sobre o método, seguido da discussão dos resultados, das considerações finais e de perspectivas.

METODOLOGIA

Ao buscar realizar um estudo descritivo das redes de Propriedade Intelectual (PI) existentes no Brasil, procurou-se viabilizar esta pesquisa por meio de uma abordagem qualitativa. Para Denzin e Lincoln (2006, p. 17), trata-se de “uma atividade situada que localiza o observador no mundo”, um tipo de pesquisa que “envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos” e interpretativos que possibilitam a visão do mundo.

O fenômeno social tido por objeto de estudo foi o apoio às redes de PI no Brasil, e as unidades de análise as próprias redes. Esse estudo possui ênfase indutiva e, por sua finalidade, a pesquisa foi definida como descritiva, pois mantém compromisso em descrever a realidade analisada a partir da revisão de literatura sobre o tema. Quanto às fontes de informação, além da pesquisa bibliográfica,

que compreende a coleta de dados diretamente por meio da literatura encontrada sobre o tema, também foi realizada extensa busca e coleta de dados secundários, especialmente nos *sites* da internet das agências de fomento estaduais, dos NITs e do governo nacional relacionadas à questão da inovação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, existem no Brasil 14 redes de Propriedade Intelectual, quais sejam: Rede Mineira de Propriedade Intelectual; Rede Paranaense de Gestão em Propriedade Intelectual; NIT Mantiqueira; Rede de Propriedade Intelectual para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de Alagoas; Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Ceará; Rede de Pesquisa de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Estado de Goiás; Rede de Propriedade Intelectual do Mato Grosso do Sul; Rede de Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica da Bahia; Rede de Propriedade Intelectual, Cooperação, Negociação e Comercialização de Tecnologia; Rede de Tecnologia & Inovação do Rio de Janeiro; Rede Gaúcha de Propriedade Intelectual; Rede NIT-Nordeste; Rede Norte de Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimento Tradicional; e Rede Paulista de Propriedade Intelectual.

A Rede Mineira de Propriedade Intelectual (RMPI) foi criada em 16 de julho de 2003, quando os dirigentes das Instituições de Ensino e Pesquisa do Estado de Minas Gerais se reuniram na sala de reunião da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e assinaram o Protocolo de Intenções.

A RMPI foi criada com a missão de difundir e implementar a política de propriedade intelectual (PI), de transferência de tecnologia e de inovação científica e tecnológica, visando o desenvolvimento e o fortalecimento da proteção e da transferência do conhecimento científico e tecnológico no estado de Minas Gerais por meio do apoio às ICTs do Estado.

Em 14 de novembro de 2006 foi encaminhada proposta de cadastramento da RMPI como uma das Redes de Pesquisa do Estado, apoiadas pela FAPEMIG, junto ao seu Programa Apoio às Redes de Pesquisa. A proposta foi deferida e o seu resultado divulgado na página da FAPEMIG no dia 01 de dezembro de 2006.

Atualmente a RMPI conta com 32 membros, sendo 27 Instituições Científicas e Tecnológicas e cinco Instituições Afiliadas as quais possuem participação estratégica no apoio e nas definições de políticas da PI no âmbito do estado de Minas Gerais, não tendo participação em relação aos recursos financeiros dos projetos apoiados pela FAPEMIG.

Na busca por assegurar apoio contínuo à RMPI, no que se refere à disseminação da cultura de PI, assim como a capacitação de pessoal com interesse nessa área a UFV, instituição sede da Rede Mineira de Propriedade Intelectual (RMPI), acertou com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) o estabelecimento de um primeiro Acordo de Cooperação Técnica (ACT), em 06 de fevereiro de 2009, com a vigência de 24 meses. Ao final da vigência e percebendo a grande importância do acordo, estabeleceu-se um segundo acordo, assinado em 25 de novembro de 2011, com vigência de 36 meses.

Além disso, o *site* da RMPI possibilita encontrar os cursos e eventos realizados e apoiados pela RMPI, entre eles: Oficina de Capacitação em Redação de Patentes, Curso Geral de Capacitação em Propriedade Intelectual, Curso Intermediário de Capacitação em Propriedade Intelectual, Curso Avançado de Capacitação em Propriedade Intelectual, Curso do PCT (*Patent Cooperation Treaty - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes*), Encontros da Rede Mineira de Propriedade Intelectual, entre outros.

A equipe da RMPI é composta por coordenadores, pesquisadores e professores que fazem parte dos NITs, bem como dos profissionais (bolsistas) que atuam nos núcleos. A RMPI reúne, atualmente, mais de 210 profissionais, os quais atuam continuamente em prol da proteção do conhecimento e da inovação científica e tecnológica do estado de Minas Gerais.

A segunda rede estudada foi a Rede Paranaense de Gestão em Propriedade Intelectual, que foi criada em janeiro de 2003 com recursos do Fundo Verde Amarelo (projeto CNPq), visando estimular e disseminar a cultura e a prática de PI, além de incentivar a transferência de tecnologia no contexto universitário e em Centros de Pesquisa Paranaense.

A missão da Rede Paranaense de Gestão em Propriedade Intelectual é unir a capacidade científica e tecnológica das instituições paranaenses com as necessidades da sociedade, em prol das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

O aporte financeiro recebido pela Rede Paranaense de Gestão em Propriedade Intelectual é fornecido pelo Governo do Estado do Paraná, pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A Rede Paranaense de Gestão em Propriedade Intelectual possui Acordo de Cooperação Técnica com o INPI, o que possibilita a realização de cursos, como: Oficina de Redação de Patentes de Biotecnologia, Curso Geral de Propriedade Intelectual, Curso Intermediário em Propriedade Intelectual e Curso Avançado de Gestão em Propriedade Intelectual.

O NIT Mantiqueira é um arranjo de NITs do estado de São Paulo e do sul de Minas Gerais. A origem dessa rede é baseada no artigo 16 da Lei de Inovação Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. O NIT Mantiqueira foi criado em junho de 2010, a partir da aprovação do projeto FINEP/RDMANTIQU, que subsidiou a estruturação de arranjo de NITs da Região Sudeste.

O NIT Mantiqueira foi criado com a missão de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do país, promovendo a proteção e aplicação do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido em instituições de pesquisa.

Atualmente o NIT Mantiqueira é composto por seis Centros de Pesquisa, que são: Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrona (ABTLuS), Centro de Pesquisas Avançadas Wernher Von Braun, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), e Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

Por meio de parceria com o INPI, CTI e INPE, o NIT Mantiqueira oferece cursos e oficinas sobre PI para os gestores e colaboradores das instituições conveniadas, podendo citar os seguintes cursos: Curso Geral de Capacitação em Propriedade Intelectual, Curso Intermediário de Capacitação em Propriedade Intelectual, Curso Avançado de Capacitação em Propriedade Intelectual, Oficina de Monitoramento Tecnológico e Oficina de Busca e Redação de Patentes.

A quarta rede analisada foi a Rede de Propriedade Intelectual para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de Alagoas. Ela não possui *site*, mas em um convite, encontrado na página de eventos, do *site* da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), encontramos a informação que a assinatura do Protocolo de Intenções para a constituição da Rede de Propriedade Intelectual do Estado de Alagoas, aconteceu durante um evento organizado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da UFAL (NIT/UFAL), intitulado "A Propriedade Intelectual, o Licenciamento de Tecnologias e o Desenvolvimento Tecnológico", realizado no dia 17 de abril de 2009 no Auditório da Reitoria da UFAL.

Outra rede estudada foi a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Ceará (Redenit-CE), que foi criada em janeiro de 2010 em conformidade com as leis de inovação existentes e visando organizar e estimular a parceria entre os NITs das ICTs, públicas e privadas, sediados no Ceará.

Essa rede objetiva identificar e gerar estratégias para que as pesquisas desenvolvidas pelas ICTs do Ceará transformem em inovação e negócios, contribuindo para o desenvolvimento, a proteção e a transferência da inovação tecnológica para o mercado. Além disso, de acordo com o *site* da Redenit-CE, ela se propõe a apoiar as ICTs parceiras na estruturação e no fortalecimento de seus NITs para exercerem suas competências atribuídas por lei.

A Redenit-CE conta com 18 instituições parceiras, entre elas: Embrapa, Fundação Oswaldo Cruz, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Universidade de Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Universidade Regional do Cariri e Universidade Estadual do Ceará.

O estado de Goiás possui a Rede de Pesquisa de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Estado de Goiás (REPPITTEC), que tem como finalidades básicas, a pesquisa e proteção da PI, gestão do sistema nacional de inovação, e fomento em ações de tecnologia industrial básica. Ademais, a atuação da REPPITTEC visa cumprir com os seguintes objetivos:

- Regulamentar e orientar os pesquisadores quanto os procedimentos a serem adotados em pesquisas que demandem acesso a biodiversidade e ao conhecimento tradicional;
- Manter a articulação com outras instituições de pesquisa da região (por meio de visitas, realização de cursos e palestras) a fim de trocar experiências sobre transferência de tecnologia e proteção de conhecimento;
- Incentivar a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisas desenvolvidas por instituições da região para o setor produtivo;
- Desenvolver relações institucionais com entidades de fomento nacionais (nos três níveis de governo) e internacionais, com o objetivo de articular recursos para investimentos em ciência, tecnologia e inovação;
- Potencializar e ampliar a sinergia das ações das entidades federais, estaduais e municipais das áreas industriais, tecnológicas e de comércio exterior no sentido de se buscar um esforço comum em prol da inovação;
- Estruturar um canal de diálogo e viabilizar fóruns de discussões com os órgãos de controle (Tribunais de Conta, Ministério Público, Procuradorias, dentre outros) com o objetivo de se buscar a segurança jurídica em políticas de inovação;
- Auxiliar no desenvolvimento de metodologias de implantação de estruturas de P&D nas empresas;
- Buscar articulação com os órgãos competentes para auxílio na execução de políticas públicas de atração de centros de P&D de grandes empresas nacionais e estrangeiras para o Estado;
- Apoiar a instalação de parques tecnológicos no estado de Goiás e facilitar o acesso de empresas sediadas em Goiás a fundos de capital de risco públicos e privados;
- Fomentar ações de Tecnologia Industrial Básica (TIB).
- Elaborar trabalhos científicos, técnicos, acadêmicos e jurídicos e proporcionar as suas publicações (livros, artigos, trabalhos completos e resumos);
- Participação em eventos;

- Prestar apoio na implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica, Escritórios de Propriedade Intelectual ou Escritórios de Projetos e Patentes e entidades de Inovação e Competitividade;
- Prestar assistência a pequenas empresas de base tecnológica da região oferecendo palestras, cursos e seminários;
- Prestar assistência a pequenas empresas de base tecnológica da região oferecendo pessoal e a infra-estrutura da instituição para a busca, redação de patentes e formulação de contratos, inclusive, com comunidades tradicionais;
- Prestar apoio na implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica, Escritórios de Propriedade Intelectual ou Escritórios de Projetos e Patentes e entidades de Inovação e Competitividade;
- Prestar apoio a órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha por objetivo apoiar: à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não rotineira e a extensão tecnológica.

Atualmente a REPPITTEC, conta com 20 instituições parceiras, podendo citar as seguintes: PUC Goiás, Embrapa, SEBRAE Goiás, Fundação Aroeira, Federação das Indústrias do Estado de Goiás e Universidade Federal de Goiás.

A Rede de Propriedade Intelectual do Mato Grosso do Sul não possui *site*. Além disso, não foram encontradas informações em outros *sites* da internet sobre essa rede, fato que impossibilitou sua análise descritiva.

A Rede de Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica da Bahia (REPITTEC) não possui *site* próprio. Desta forma, as informações aqui relatadas foram obtidas no *site* da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). A REPITTEC foi criada em 10 agosto de 2005 e tem como missão contribuir para a integração e o fortalecimento da PI e Transferência de Tecnologia na Bahia, a fim de sustentar o sistema de inovação do Estado. A REPITTEC é composta por 12 NITs.

A REPITTEC possui um Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual (CETEPI), resultante do trabalho desenvolvido pelas seguintes instituições integrantes da rede: Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), FAPESB, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O CETEPI é sediado na Representação do INPI na Bahia e, possui como missão realizar atividades de disseminação da cultura de PI. Alguns cursos oferecidos pelo Centro de Treinamento são: Curso Geral de Propriedade Intelectual, Curso de Extensão de Capacitação em PI, Oficina de Redação de Patentes e Oficina de Monitoramento Tecnológico.

A Rede de Propriedade Intelectual, Cooperação, Negociação e Comercialização de Tecnologia (REPICT), criada em maio de 1998, é uma das redes temáticas que integra a rede de tecnologia e inovação do Rio de Janeiro. Além disso, esta rede tem sido considerada a mais importante do país.

A missão dessa rede é promover a disseminação da cultura da PI e apoiar a formulação de políticas e a implementação de ações estratégicas destinadas à proteção, valorização e comercialização do conhecimento gerado em universidades, centros de pesquisa, instituições tecnológicas e empresas.

A REPICT conta com vinte instituições parceiras entre elas: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Rede de Tecnologia & Inovação do Rio de Janeiro (REDETEC), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Militar de Engenharia (IME), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A realização dos Encontros Anuais e do Programa de Capacitação em Propriedade Intelectual e Comercialização de Tecnologia tornaram a REPICT uma referência nacional nestes temas. Sua atuação se estende, atualmente, a instituições localizadas em vários estados da Federação, fomentando seu funcionamento em sinergia, formando multiplicadores e consolidando a implantação de estruturas formais de apoio à proteção, valorização e comercialização da PI gerada no país.

A Rede de Tecnologia & Inovação do Rio de Janeiro (REDETEC), criada em 1985, a mais antiga das redes, é uma associação sem fins lucrativos, que reúne 53 das principais universidades, centros de pesquisa e instituições de fomento do Estado do Rio de Janeiro. Ela aproxima as empresas de suas associadas, visando ao desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do Estado do Rio de Janeiro.

As instituições parceiras dessa rede são: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Além disso, ressalta-se que a REDETEC é responsável pela coordenação da REPICT.

No estado do Rio Grande do Sul existe a Rede Gaúcha de Propriedade Intelectual (RGPI). O *site* dessa rede durante a realização desse estudo encontrou-se desativado. Mas, pelo *site* da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC), é possível encontrar um *link* da RGPI, de onde foi possível obter informações sobre a rede.

A RGPI é uma associação sem fins lucrativos que teve suas atividades iniciadas por meio do Acordo de Cooperação Técnica com o INPI assinado em 18 de dezembro de 2009. Ela tem como objetivo a realização de atividades para disseminar a importância da PI no Estado.

A finalidade da RGPI é promover a gestão da PI como um instrumento da inovação tecnológica, incentivando a inovação, transferência de tecnologia, capacitação de recursos humanos, e uso do sistema de PI, contribuindo, assim, para a ampliação da competitividade da economia gaúcha.

São 14 instituições associadas à RGPI, nomeadas a seguir: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), Instituto Euvaldo Lodi (IEL-RS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Federação de Estabelecimento de Ensino Superior (FEEVALE), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade de Passo Fundo (UPF), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-RS), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Por meio do Acordo de Cooperação Técnica com o INPI - ACT INPI RS (18/12/2009), que objetivou capacitar gestores de tecnologia na proteção e na informação tecnológica contida em documentos de patente, foram realizadas algumas atividades podendo destacar as seguintes: Cursos Geral, Intermediário e Avançado de Capacitação em Propriedade Intelectual, Seminários de Sensibilização, Palestras sobre Indicações Geográficas, Oficina de Redação de Patentes e Programas de Orientação Presencial no CEDIN/INPI/RJ.

Outra rede estudada foi a Rede NIT- Nordeste, criada em 2004, por meio do projeto do Edital do TIB CNPq 034/2004, reunindo a UFBA, CEFET/BA, UFS e UFPB. A Rede NIT- Nordeste é composta por instituições do estado do NE. A coordenação da Rede NIT-NE se encontra na UFBA.

De acordo com o *site* do portal da inovação a Rede NIT- Nordeste foi criada em 2004, por meio do projeto do Edital do TIB CNPq 034/2004, reunindo a UFBA, CEFET/BA, UFS e UFPB. A rede é composta por instituições do estado do NE. A coordenação da Rede NIT-NE se encontra na UFBA.No entanto, o *site* dessa rede estava indisponível no período de realização desse estudo.

Outra rede estudada foi a Rede Norte de Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimento Tradicional, que é composta por instituições sem fins lucrativos que atuam na região amazônica.

A missão dessa rede é promover a função social da PI, o uso sustentável dos recursos da biodiversidade e uso de mecanismos diferenciados para a proteção dos conhecimentos tradicionais. Ela atua apoiando os núcleos de PI e detentores de conhecimento tradicional, propriedade coletiva e conhecimentos tradicionais, geração e difusão de informação, uso sustentável da biodiversidade, transferência de tecnologia, e repartição de benefícios.

Essa rede conta com oito comissões, sendo seis estaduais organizadas da seguinte forma: RR e AM, PA, AC, AP, RO, TO; e duas que congregam os povos indígenas e as comunidades locais. O intuito dessas comissões é propiciar maior adesão à rede, bem como maior articulação entre seus afiliados, sendo responsáveis por coletar e difundir informações no âmbito local e regional.

Os coordenadores das comissões estaduais, bem como os coordenadores da comissão indígena e de comunidades locais, formam um comitê gestor, que é responsável por garantir a observância dos princípios da rede tomando as decisões em caráter de urgência, gerenciando e elaborando produtos da rede e resolvendo os conflitos.

Por fim, foi analisada a Rede Paulista de Propriedade Intelectual. De acordo com o *site* da Agencia FAPESP, no dia 29 de novembro de 2011 ocorreu no Auditório da FAPESP o “Seminário Inova São Paulo: Rede Paulista de Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT)”, durante o evento foi lançada a proposta de criação da Rede Paulista de Propriedade Intelectual e Comercialização de Tecnologia. Participou do evento a professora Elza Fernandes de Araújo, Assessora Adjunta de Inovação da FAPEMIG, que falou sobre a "Rede Mineira de Propriedade Intelectual – Experiências e Resultados". Nesse sentido, depreende-se que essa rede foi baseada no modelo da RMPI.

A Rede Paulista de Propriedade Intelectual foi proposta com o objetivo de congregar esforços para fortalecer as iniciativas que visem à proteção da PI, à geração e à transferência de tecnologia e à promoção da inovação no Estado de São Paulo.

Na proposta inicial a composição da rede conta com seis das sete instituições que integram o Projeto Inova São Paulo: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Além disso, ressalta-se que essa rede não possui *site* e ainda está sendo estruturada.

De acordo com as informações apresentadas, percebe-se com este estudo a importância das agências de fomento na manutenção das atividades realizadas pelas redes de PI. Das 14 redes estudadas, oito possuem recursos de agências de fomento seja para capacitação e/ou para fomento de algumas atividades realizadas pelos NITs (Tabela 1).

Tabela 1 – Redes de Propriedade Intelectual que utilizam recursos de Agências de Fomento

Redes de Propriedade Intelectual	Agência de Fomento
Rede de Propriedade Intelectual, Cooperação, Negociação e Comercialização de Tecnologia (REPICT)	FAPERJ

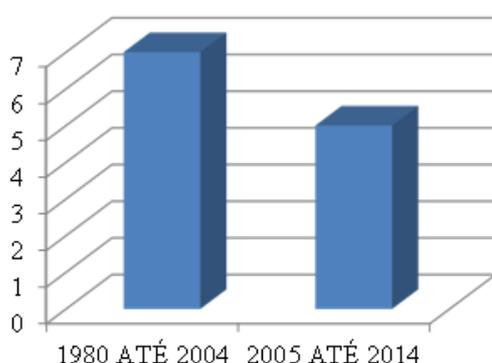
Tabela 1 – Redes de Propriedade Intelectual que utilizam recursos de Agências de Fomento

Redes de Propriedade Intelectual	Agência de Fomento
Rede de Tecnologia & Inovação do Rio de Janeiro (REDETEC)	FINEP, CNPq e FAPERJ
Rede Mineira de Propriedade Intelectual	FAPEMIG
Rede Paranaense de Gestão em Propriedade Intelectual: Governo do Estado do Paraná	SETI; CNPq; FINEP
NIT Mantiqueira	FINEP, CNPq
Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Ceará	Secitece; FUNCAP
Rede de Pesquisa de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Estado de Goiás (REPPITec)	CNPq; FAPEG
Rede de Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica da Bahia (REPITTEC)	FAPESB

Fonte: Autoria, própria, 2014.

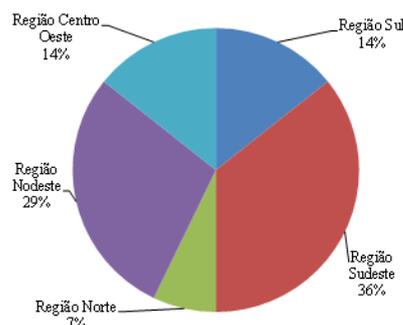
Verificou-se também que mesmo antes da Lei de Inovação, já existia uma preocupação com a criação de redes de PI, sendo a Região Sudeste pioneira na criação destas redes, considerando que em 2004 esta região já contava com 4redes de PI, podendo citar a REDETEC criada em 1985 e a RMPI criada em 2003. Contudo com a promulgação da referida Lei foi possível ampliar a criação deste tipo de rede, difundindo a política de PI por todo o país. Os gráficos abaixo representam o ano de criação das redes e as regiões em que estão localizadas.

Figura 1 – Ano de criação das Redes de PI



Fonte: Autoria, própria, 2014.

Figura 2 – Localização das Redes de PI



CONCLUSÃO

As redes de propriedade intelectual têm ganhado importância no contexto da inovação e têm sido criadas para capacitar os membros integrantes dos NITs, oferecendo cursos e palestras aos mesmos, contribuindo assim para profissionais qualificados e atualizados. Os cursos oferecidos pelas redes são, normalmente, resultado de Acordos de Cooperação Técnica entre elas e o INPI. Além disso, com esses cursos as redes também têm capacitado público externo aos NITs.

Verificou-se que a capacitação oferecida pelas redes aos membros dos NITs se faz necessária, devido à alta rotatividade do seu efetivo, visto que a maioria dos membros dos NITs brasileiros são bolsistas, que podem buscar alternativas de trabalho, na qual possam ter estabilidade e garantias trabalhistas.

Outro fator de destaque observado é que oito das 14 redes de Propriedade Intelectual do estudo contam com apoio de agências de fomento para se manterem, sendo de extrema importância a manutenção desta parceria para que as mesmas se desenvolvam e se tornem cada vez mais ativas.

PERSPECTIVAS

Diante das informações apresentadas e analisadas no presente trabalho, espera-se ter retratado a real situação, em que se encontram hoje, as redes de propriedade intelectual em atividade no Brasil. Constatamos que a maioria dessas redes atua de modo bastante efetivo no contexto da proteção da propriedade intelectual e inovação tecnológica, em seus respectivos estados, mesmo sem a existência de políticas institucionais específicas das ICTs das quais fazem parte.

A partir desta constatação, pretende-se provocar a sensibilização dos entes governamentais no sentido de criação de políticas especificamente voltadas para ações que incrementem a cultura da propriedade intelectual e inovação tecnológica, dentro das ICTs e também a sua comunidade externa. Somente através do incremento desta cultura que o país estará preparado para enfrentar os desafios existentes, como na transferência do conhecimento produzido por seus pesquisadores e inventores, principal obstáculo encontrado atualmente.

Como resultado da adoção destas políticas específicas, espera-se o aumento do interesse da proteção da propriedade intelectual, dentre as quais a maioria delas oriundas das ICTs. Consequentemente, aumentaria a importância da manutenção dos núcleos de inovação tecnológica (NITs), obrigação das ICTs para a gestão de sua política de inovação e regulamentada no art.16 da Lei Federal nº10.973, de 2 de dezembro de 2004.

As políticas institucionais devem nortear ações na destinação de recursos para a valorização da carreira dos agentes de inovação e na capacitação constante dos mesmos, para que os trabalhos sigam ininterruptamente na instituição e que não haja um retrocesso nesse processo, devido à constante substituição dos agentes de inovação, que almejam carreiras profissionais onde possam ter estabilidade e garantias trabalhistas, por exemplo.

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO DA REDE NORTE. Disponível em: <<http://www.cesupa.br/redenorte/apresentacao.asp>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

AUGUSTO, C. Conquistar sustentabilidade financeira e qualificar recursos humanos são alguns dos principais objetivos dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) no Brasil. **Revista Locus**, Ano XVIII, nº68/69, set. 2012.

BEM-VINDO A REDE NIT-CE. Disponível em: <<http://www.redenitce.com.br/>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

CLEMENTE, R. G.; LAROVERE, R. L.; RENAULT, T.; CARDOSO, V. **P&D e inovação para micro e pequenas empresas do Estado do Rio de Janeiro - como criar um ambiente de inovação nas empresas**. Rio de Janeiro, Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, 2008. 268p.

Disponível em: <http://www.redetec.org.br/publique/templates/htm/redetec/img/livro_pd.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESTAQUES. Disponível em: <<http://www.redetec.org.br/redesprogramas/redestematicas/repict/default.aspx>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

EVENTOS DA REDE. Disponível em: <<http://www.redemineirapi.com/novo/eventos-da-rede/>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

REPPITTEC – Rede de Pesquisa e Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. Disponível em: <http://www.reppittec.org.br/home/secao.asp?id_secao=1074&id_unidade=1>. Acesso em: 15 mai. 2013.

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS. Disponível em: <<http://www.redetec.org.br/institucional/instituicoesassociadas.aspx>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

NIT MANTIQUEIRA - Quem somos. Disponível em: <<http://www.nitmantiqueira.org.br/quem-somos-topo>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

PORTAL DA INOVAÇÃO. Disponível em: <<http://www.portaldainovacao>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

REDE DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DE ALAGOAS. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/nit/eventos/rede-de-propriedade-intelectual-de-alagoas>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

REDE PARANAENSE DE GESTÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL. Disponível em: <http://nitpar.pr.gov.br/files/2007/10/PARANA_IP_NETWORK.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

REPITTEC. Disponível em: <http://www.fapesb.ba.gov.br/?page_id=213>. Acesso em: 03 jun. 2013.

RGPIINFORMA. Disponível em: <<http://www.sedetec.ufrgs.br/rgpi/rgpi.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

SEMINÁRIO INOVAÇÃO PAULO SERÁ DIA 29 NA FAPESP. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/14781>>. Acesso em: 25 jun. 2013.